OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA TODOS: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

ADRIANA FRANCISCA DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

Na história da educação no Brasil tivemos uma trajetória de muitas concepção, mudanças e percepções sobre o ensino e a aprendizagem, o papel do professor e do aluno em diferentes tempos e contextos, os conteúdos, as rotinas escolares, a gestão escolar e a estrutura física e gerencialista da educação, dentre vários outros pontos discutidos por diferentes linhas teóricas.

Sendo ela privada ou pública, o que é inegável é a responsabilidade legal ao atendimento, oferta, acesso e permanência à educação de qualidade.

No ano de 2000, reunidos em Dakar, 164 países assumiram o compromisso de conquistar seis metas de Educação para Todos até 2015. Essas metas foram muito audaciosas frente a realidade de cada país ali presente, inclusive para o Brasil.

A UNESCO, em seu papel de garantir a cooperação intelectual entre as nações e acompanhar o desenvolvimento mundial, solicitou aos países que produzissem um relatório com os resultados e as estratégias, bem como os desafios no período de cumprimento das metas, estabelecido entre 2000 à 2015.

O relatório do Brasil por título Relatório Educação Para Todos No Brasil 20002015 (BRASIL, 2014) apresentou o balanço dos avanços obtidos em cada meta e apresenta os caminhos, as políticas públicas e os principais resultados neste período.

Neste artigo iremos considerar apenas uma das metas (dentre as 6 metas de Dakar) que é a "Qualidade da educação", com o objetivo de analisar os principais Desafios da Educação para Todos no Brasil e as estratégias e políticas estabelecidas. Lembrando que as metas se conectam e se complementam, ao passo que são, elementos fundamentais para uma educação para todos.

O presente artigo busca, por meio de pesquisa bibliográfica, encontrar os principais elementos, obstáculos e superações, na promoção de uma educação de qualidade no Brasil e o levantamento de quais desafios ainda precisam ser superados, tendo por base a meta 6 que tem por objetivo: "melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida", sendo a mais desafiante de todas as outras metas, definidos na Cúpula Mundial de Dakar.

2. Foco: uma educação de qualidade

Segundo a Constituição Federal (BRAIL, 1988) a educação no Brasil é um direito de todos e dever do Estado e da família (Art. 205), sendo a oferta pública organizada através do "regime de colaboração" entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Art. 211) e o ensino livre à iniciativa privada (Art. 209). O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo sendo o Poder Público responsabilizado pelo não oferecimento ou oferta irregular (Art. 208, VII, § 1º).

Algumas conquistas soram bastante expressivas, obtidas na Educação Básica, no que se refere ao atendimento escolar por faixa etária: atingindo 41,2% entre 4 e 6 anos, 95,8% de 7 a 14 anos e 81,1% de 15 a 17 anos. Em relação à população de 15 anos e mais, a taxa de analfabetismo chegou a 14,7%, em 1996. Esses dados do INEP/MEC (Censo Escolar, 2013) pode-se perceber que há ampliação considerável na educação em todo o território brasileiro e reflete o esforço para expandir o acesso e promover a qualidade, na expectativa de responder aos compromissos estabelecidos na Conferência Mundial de Educação para Todos (1990).

Os 164 países presentes à reunião de Dakar se uniram no sentido de propor uma agenda comum de políticas de Educação para Todos (EPT) visando o fortalecimento da cidadania e a promoção de habilidades necessárias a um desenvolvimento humano pleno e sustentável. Acordou-se, então, 6 (seis) metas a serem perseguidos por todos os países signatários do Compromisso de Dakar até 2015, quais sejam:

Figura 1. Educação para Todos Marco de Ação de Dakar – Objetivos



Fonte: Elaboração a partir dos objetivos de Educação para Todos

Dois princípios da Constituição brasileira particularmente importantes na reafirmação do direito à educação estão associados aos objetivos de Educação para Todos: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e, VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, Constituição Federal, Art. 206, I e VII). Aqui já elencamos o primeiro desafio para uma educação de qualidade: que é o ACESSO que requer infraestrutura e recursos humanos, demandam investimento em aspectos relacionados aos fins da educação.

Para garantir o acesso, então, são necessários diversas políticas que devem ocorrer em um contexto de ampliação de investimentos finalísticos e de custeio para assegurar o acesso, permanência e sucesso de crianças, jovens e adultos na escola. Isso garante a igualdade de acesso e a equidade de investimento, o que presa as necessidades e as singularidades de cada região e cidade brasileira.

São muitas as iniciativas de dão suporte à qualidade da educação que se subdividem em diferentes fatores, desde a melhoria de condições da docência até o provimento de serviços que assegurem o acesso e permanência de crianças e jovens em situações de maior vulnerabilidade à escola (transporte escolar, livro didático, ampliação da jornada escolar...).

Nos últimos anos é constatado a melhoria da formação inicial dos professores brasileiros que estão relacionados e apoiados por diferentes políticas públicas, desde meados dos anos 90.

Não iremos focar apenas na valorização do professor, mas ressaltar que diversos estudos sobre sistemas educacionais bem-sucedidos são unânimes em afirmar a importância dos professores para a qualidade na educação. Lembrando que a profissionalização, formação inicial e continuada, a valorização dos profissionais do magistério, bem como assegurar o Plano de Carreira com piso salarial para o profissionais da educação são metas do PNE (2014-2024) – metas 15, 16, 17 e 18.

Outros elementos que constituem uma educação de qualidade e também estão contemplados no PNE (2014-2024) são:

- Meta 5. Alfabetização na idade certa (8 anos, 7 anos e, ao final do plano, 6 anos)
- Meta 6. Educação em tempo integral (50% das escolas e 25% dos alunos da educação básica)
- Meta 7. Qualidade da educação básica (melhoria do Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb)

- Meta 20. Investimento público em educação (10% do PIB)

Todos eles são considerados DESA-

FIOS dentro da diversidade territorial do nosso país.

A existência de metas do PNE 2011/2020 articuladas aos objetivos de EPT indica a permanência dos desafios estabelecidos em Dakar. Como se viu, há 13 metas passíveis de maior ou menor articulação com os objetivos de EPT, de um conjunto de metas que incluem os diferentes níveis e modalidades de ensino e que serão a seguir apresentadas em maior detalhe. (BRASIL, 2014, p. 116)

3. Como mensurar se está sendo atingido uma educação de qualidade?

Para mensurar a qualidade da educação, o êxito do ensino e da aprendizagem, é necessário estabelecer critérios e possibilidades que todas as escolas no território brasileiro podem ser igualmente analisadas. Embora as "provas" sejam uma prática que remonta à educação colonial brasileira, ainda é um instrumento utilizado pois fornece dados que posteriormente serão utilizados para analisar o alcance da educação.

Neste sentido os sistemas de avaliação de larga escala começaram a aportar no Brasil no final da década de oitenta do século XX, sendo adotados pelo governo federal como mecanismo de Avaliação e Monitoramento de resultados.

Neste sentido é importante mencionar a criação do "Índice de Desenvolvimento da Educação Básica" (Ideb), que combina informações sobre desempenho em exames (Saeb) com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Outra forma de avaliação adotada pelo nosso país é o "Programa Internacional de Avaliação de Alunos" (Pisa – Programme for International Student Assessment).

É a relação entre as avaliações nacional e internacional, que analisa os resultados e estabelece novas metas de curto, médio e longo prazos.

O primordial instrumento utilizado pelo MEC é o Censo Escolar, coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação, é um sistema online que conta com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

O Censo é realizado anualmente, na junção de um relatório expressivo que combinam os dados de todas as Unidades escolares, e a partir destes relatórios pode-se estabelecer indicadores de quantidade e qualidade do sistema educacional do País, por região, estado, município, dependência administrativa e unidades escolares.

Importante contribuição do Censo Escolar à qualidade na educação é a possibilidade de acompanhar dados relativos às taxas de rendimento que fornecem informações sobre a eficiência do sistema escolar, a saber: aprovação, reprovação e abandono.

Analisando os resultado das provas nacionais e internacionais e os dados colhido pelo Censo Escolar em relação ao Objetivo 6, pode-se dizer que o País avançou muito em relação ao estágio onde se encontrava em 2000.

Segundo o INEP, o crescimento do resultado de desempenho dos alunos na escala do Saeb/Prova Brasil pode ser medido pela equivalência de que 20 pontos corresponde a aproximadamente um ano de

escolarização (BRASIL, 2014, p. 64, rodapé).

No entanto, segundo o Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 (BRASIL, 2014), ainda não foi atingida a meta estabelecida:

Todavia ainda não atingiu o patamar necessário no desenvolvimento da qualidade na educação. Há também que se levar em conta que a excelência da educação não pode ser dissociada do atendimento das peculiaridades da diversidade humana. Por isso, torna-se necessário trabalhar cada vez mais com informação sobre os relevantes índices de inclusão das populações historicamente excluídas dos sistemas educacionais, a exemplo da Educação Indígena, do Campo, Quilombola, etc. Este é um desafio para o governo e para a sociedade (p. 69)

4. Estratégias, Políticas e Programas

São consideradas as seguintes estratégias, políticas e programas governamentais que devem atingir a meta 6: Qualidade da educação.

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
- Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE) e Caminho da Escola
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
- Proinfância
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pacto)
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)
- Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI
- Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio
- Formação Continuada dos Professores do Ensino Médio
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)
- Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo)
- Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE)
- Programa de Apoio a Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas
- (Prolind)
- Brasil Alfabetizado
- Programa Mulher e Ciência
- Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)
- Mais Educação
- Parfor
- Universidade Aberta do Brasil (UAB)
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)
- Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais

Todos os programas acima citados compõe o rol de políticas públicas para o

alcance de uma educação de qualidade. Sua missão é promover, em regime de parceria e responsabilidade social, a eficácia, a eficiência e a equidade por meio da oferta de serviços, produtos e assistência técnico-financeira inovadores e de qualidade, que focalizam o ensino-aprendizagem e as práticas gerenciais das escolas e secretarias de educação.

5. Insumos (Investimento e Custeio)

O provimento de insumos pedagógicos e de meios para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem desempenha papel central no alcance dos objetivos de Educação para Todos.

Os recursos despendidos em investimentos e no custeio dos sistemas de ensino são oriundos de fontes orçamentárias das instâncias federadas, através dos recursos vinculados à educação. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela construção, manutenção e reforma de unidades escolares, assim como pelo custeio da máquina (BRASIL, 2014, p. 80)

São valores que devem chegar nas escolas e nas redes de ensino para custeio de: infraestrutura escolar adequada, materiais pedagógicos, alimentação, transporte e outros fatores que contribuem para assegurar o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes, em especial aqueles que mais precisam do apoio de iniciativas governamentais.

Também para suprir a permanente necessidade da oferta de tais serviços, a legislação brasileira prevê como um dos deveres do Estado "o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (BRASIL, Constituição Federal, Art. 208, VII e LDB, Art. 4°, VIII).

Em todos os casos, a distribuição de recursos é feita mediante cálculo a partir dos dados de matrícula do Censo Escolar realizado pelo Ministério da Educação (MEC) no ano imediatamente anterior ao do atendimento.

É necessário enfatizar, novamente, que as iniciativas relacionadas ao provimento de insumos para o desenvolvimento e custeio da educação devem ser analisados e dispensados para a promoção da equidade e de apoio às populações mais vulneráveis.

De uma maneira geral para a conquista da Qualidade da Educação é necessário um conjunto de "peças", elementos e executores. Para a conquista dos objetivos de Educação para Todos importa ressaltar o essencial: que essas Estratégias, Políticas e Programas possam, de fato, chegar a quem mais precisa, que são nossos alunos.

6. Outros desafios a enfrentar

Para além dos desafios como acesso e permanência do educando, valorização profissional dos professores, alfabetização, ampliação do tempo na escola (tempo integral), melhoria na nota do Ideb e o aumento de investimento público em educação, o foco deve ser o "equilíbrio" entre as "metas quantitativas e qualitativas".

Este é um importante olhar, pois é necessário considerar o quanto o País ainda tem por fazer para a redução das desi-